

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NA RMS E LITORAL NORTE DA BAHIA

Gabriel Kraychete*

RESUMO: *O estudo tem por objetivo apresentar um primeiro perfil dos empreendimentos da economia popular solidária localizados na RMS e Litoral Norte da Bahia. Tratando-se de um levantamento pioneiro, o estudo pressupôs a formulação de uma metodologia adequada à caracterização e identificação dos empreendimentos da economia solidária. O trabalho de campo foi precedido de uma listagem preliminar, objetivando a localização do maior número possível dos empreendimentos que estariam inseridos no âmbito da pesquisa. Utilizou-se como caminho para a construção desta listagem a identificação prévia das instituições que, pelas características do trabalho que realizam, apóiam ou possuem informações sobre os empreendimentos da economia solidária, tomando-se, como ponto de partida, os integrantes do Fórum Baiano de Economia Solidária. A pesquisa de campo foi realizada durante o mês de julho/2003, após a consolidação da listagem por municípios da RMS. Como um possível desdobramento deste estudo, coloca-se a possibilidade de construção de um banco de dados com informações básicas sobre os empreendimentos econômicos solidários, que possa ser acessado e atualizado por todos os interessados. Ao mesmo tempo, espera-se que as informações sistematizadas contribuam para subsidiar a elaboração de políticas públicas e a realização de novos estudos e pesquisas no campo da economia solidária.*

Palavras-chave: Economia solidária; Empreendimentos associativos; Trabalho.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo apresentar um primeiro perfil dos empreendimentos da economia popular solidária localizados na RMS e no Litoral Norte da Bahia, proporcionando uma base de dados que sirva de fonte de informações para todos aqueles que, por diferentes razões, lidam e/ou se preocupam com o tema.¹

Apesar de relativamente novo, o tema da economia solidária vem adquirindo uma importância e uma repercussão expressiva. Cresce, sensivelmente, o número de organizações não-governamentais, universidades e de iniciativas das igrejas e de órgãos governamentais que se voltam para este assunto e, no ano passado, o governo federal criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Ministério do Trabalho. Tudo isto ocorre, sobretudo, a partir do final da década de 90, num contexto em que a tendência ao desemprego estrutural e as transformações na forma de estruturação do trabalho que dominou o século XX — o trabalho

* Economista, professor do Instituto de Teologia e da Faculdade de Economia da Universidade Católica do Salvador - UCSal. Coordenador do programa de pesquisa e extensão *Economia dos setores populares*, vinculado ao Núcleo de Estudos do Trabalho (NET - UCSal.).

¹ Este artigo é uma versão parcial e resumida da pesquisa promovida pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), publicada na coleção *Séries Estudos e Pesquisas*, nº69, Salvador: SEI, 2004. A pesquisa contou com a participação de estagiários do NET-UCSAL

assalariado regular —, redefinindo as possibilidades de trabalho para milhões de pessoas, emergem como uma questão social premente.²

Apesar de tão "na moda" — e talvez por isso mesmo — o tema da economia solidária suscita várias controvérsias e indagações. A começar pelo próprio nome. Existe uma diversidade de denominações para definir, supostamente, o mesmo fenômeno. Fala-se em economia solidária, economia popular, economia do trabalho, economia popular e solidária e socioeconomia solidária. Em geral, essas denominações referem-se às diferentes formas de organização coletiva de trabalhadores, voltadas para a geração de trabalho e renda, tendo, entre os seus traços característicos, a gestão autônoma, participativa e democrática, o compromisso com a auto-sustentabilidade e a busca do desenvolvimento humano integral. Estariam incluídas, no campo da economia solidária, iniciativas como as associações e cooperativas de agricultores e trabalhadores urbanos produtores de bens e serviços; centrais de comercialização, empresas autogestionárias, cooperativas de crédito, clubes de trocas e o chamado comércio justo.

Os termos utilizados tanto refletem o esforço de sistematização e elaboração teórica, como expressam utopias. Como pondera Gaiger (2000), o conceito de economia solidária carrega algo de projeção e de desejo. Ou seja, idealiza-se e prefigura-se o que seria uma economia solidária e, depois, busca-se trabalhar neste sentido. Nestes termos, é possível que o conceito revele o que cada um nele procura, deseja, ou projeta como valores e práticas concernentes a uma economia e sociedade a serem construídas. Trata-se, na verdade, de conceitos em construção, nem sempre ou apenas parcialmente claros ou avocados pelos trabalhadores que, por iniciativa própria, organizam-se em formas de trabalho que antecedem o que, agora, os novos conceitos buscam denominar ou projetar.

Para efeito do presente estudo, estas questões são essenciais na medida em que determinam os critérios necessários à delimitação do universo a ser pesquisado. Face à difusão do termo economia solidária, sem desconhecer a necessidade da reflexão crítica e do aprofundamento teórico que o tema requer, optou-se, neste estudo, pelo uso indistinto dos termos economia solidária ou empreendimentos da economia popular solidária, para denominar as diferentes modalidades de empreendimentos associativos (associações, cooperativas e grupos informais), em operação ou em fase de implantação, voltados à criação e reprodução das fontes de vida, através de uma atividade permanente de produção e/ou comercialização de bens ou serviços, materiais ou simbólicos, realizada de modo compartilhado, nos quais os sócios são os próprios trabalhadores e cujos resultados, por suposto, não sejam apropriados de forma assimétrica.

Nestes termos, foram excluídos do universo da pesquisa as cooperativas em que os cooperativados são empresários e, evidentemente, as pseudo-cooperativas que servem de fachada legal para contornar os direitos dos trabalhadores. O grande esforço, portanto, foi tentar captar e sistematizar informações sobre uma economia que, em sua quase totalidade, situa-se mais "rente ao chão" e sobre a qual inexistem cadastros ou escapam às estatísticas até agora disponíveis.

² Durante a década de 90, a Região Metropolitana de Salvador, a exemplo das demais, apresentou um aumento do desemprego, uma diminuição do número de trabalhadores assalariados e um crescimento dos assalariados sem carteira assinada. Mas a RMS encerra algumas peculiaridades. Ou seja, entre as regiões metropolitanas, é a que possui o maior índice de desemprego (cerca de 27% da PEA, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, realizada pela SEI/UFBA/DIEESE/SEADE), e a participação relativa dos trabalhadores por conta própria permaneceu quase inalterada - diferentemente das demais regiões que apresentaram um crescimento desta forma de ocupação. Aqui, entretanto, o desemprego oculto pelo trabalho precário praticamente dobrou no período. Ou seja, a força de trabalho na RMS está transbordando não apenas para as ocupações precárias e com menores rendimentos, mas, sobretudo, para as ocupações extremamente incertas e irregulares, que caracterizam o desemprego oculto ou, simplesmente, para o desemprego aberto.

PROCEDIMENTOS: O CAMINHO DO MAPA

Tratando-se de um levantamento pioneiro na Bahia, optou-se por circunscrever esta pesquisa a uma região mais próxima a Salvador, permitindo a experimentação e o posterior aperfeiçoamento de uma metodologia adequada que possa servir de suporte para a realização de novos levantamentos em outras regiões do estado.

Além da delimitação dos empreendimentos a serem entrevistados, conforme descrito acima, a construção de uma listagem preliminar com o nome, endereço, telefone e pessoa para contato se constituiu num passo inicial imprescindível para a localização e identificação do maior número possível dos empreendimentos que estariam inseridos no âmbito da pesquisa.

Utilizou-se como caminho para a construção desta listagem a identificação prévia das instituições que, pelas características do trabalho que realizam, apóiam ou possuem informações sobre os empreendimentos da economia solidária³, tomando-se, como ponto de partida, os integrantes do Fórum Baiano de Economia Solidária.⁴

A pesquisa de campo foi realizada durante o mês de julho/2003, após a consolidação da listagem por municípios da RMS e treinamento dos entrevistadores para aplicação do formulário.

Foram tabulados 38 empreendimentos econômicos associativos que estão operando ou encontram-se em fase de implantação. Deve-se observar que um dos empreendimentos entrevistados, a CEALNOR - Central de Associações do Litoral Norte, congrega 20 associações de agricultores familiares da região, que não foram entrevistadas, na medida em que é a Central que organiza a comercialização coletiva de frutas (basicamente a laranja) produzidas pelos associados.

Certamente as entrevistas realizadas não esgotam a totalidade dos empreendimentos existentes. Logo após a conclusão do trabalho de campo, foi possível identificar, por exemplo, um grupo informal, localizado em Salvador, constituído sobretudo por mulheres que realizam a produção de objetos artesanais. Pelas características dos grupos posteriormente identificados, entretanto é pouco provável que os mesmos alterem os resultados apresentados neste levantamento. Nestes termos, as informações aqui sistematizadas permitem a obtenção de um primeiro perfil dos empreendimentos associativos localizados na RMS e no Litoral Norte da Bahia.

EMPREENDIMENTOS ASSOCIATIVOS: RESUMINDO UM PERFIL

Os dados sistematizados para a RMS e Litoral Norte da Bahia permitem, de forma resumida, apresentar o seguinte perfil dos empreendimentos associativos:

- * dos 38 empreendimentos entrevistados, 18 estão organizados sob a forma de associação, 17 sob a forma de cooperativa, 2 são grupos informais e 1 está constituído sob a forma de ONG;

³ As seguintes instituições forneceram informações que permitiram a consolidação de uma lista dos grupos a serem entrevistados: Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE; Centro Ecumênico de Apoio ao Desenvolvimento – CEADe; Caritas Brasileira; PANGEA; ITCP–UNEB; BANSOL (UFBA); UCSAL; UNIFACS; SEBRAE; Companhia de Ação Regional – CAR; Secretaria de Cultura e Turismo (BA); Fundação Luis Eduardo Magalhães. EMBRAPA; Prefeituras de Catu e de Alagoinhas.

⁴ A proposta da pesquisa ocorreu simultaneamente aos primeiros encontros, objetivando a constituição do Fórum Baiano de Economia Solidária – no primeiro semestre de 2003 –, que já expressava como uma de suas demandas o mapeamento dos empreendimentos solidários.

- * a quase totalidade dos empreendimentos (35) se estruturou a partir da segunda metade da década de 90, sendo 13 entre 1996-1999 e 22 a partir de 2000;
- * do total de empreendimentos, no momento da entrevista, 32 estavam em operação e 6 em implantação, sendo que, entre estes, 2 encontravam-se nesta situação há mais de 6 meses e 2 há mais de um ano. Estes dados revelam uma das dificuldades de quem se propõe organizar um empreendimento associativo. A distância e os percalços entre os passos iniciais para a organização da atividade e a sua entrada em operação constitui-se numa “travessia no deserto”, onde é plausível supor a existência de iniciativas que sucumbem durante o percurso;
- * as atividades que concentram um maior número de empreendimentos são o artesanato, a agricultura, a coleta e processamento de material reciclável e a produção de alimentos;
- * as mulheres constituem pouco mais de um terço do total de associados que, em sua maior parte, é formado por pessoas com mais de 30 anos de idade.⁵. Face às imposições do mercado de trabalho, a possibilidade destas pessoas encontrarem um emprego regular assalariado é extremamente remota, restando a alternativa do trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa;
- * os empreendimentos envolvem diferentes modalidades de trabalho associativo, sendo identificadas, na produção de bens ou serviços, as seguintes situações: i) produção individual e venda coletiva; ii) produção coletiva e venda individual; iii) produção e venda coletivas; iv) produção e venda individual com o uso de um equipamento coletivo; v) compra coletiva de matéria-prima para produção individual; vi) produção para o autoconsumo; vii) obtenção de clientes para os associados (cooperativas de serviços);
- * o agravamento do desemprego se constitui na principal motivação para a organização dos empreendimentos associativos, seguido do desejo de desenvolver uma atividade na qual todos são donos e de obter maiores ganhos através desta forma de trabalho;
- * os empreendimentos se estruturam, em sua maior parte, por iniciativa dos próprios associados que, em geral, já se conheciam antes de iniciar a atividade, sobretudo através das relações de família e/ou vizinhança;
- * os recursos para iniciar a atividade provêm, majoritariamente, dos próprios associados, seguido das doações. A maioria dos empreendimentos também funciona em espaços emprestados, com instalações mais precárias ou inadequadas ao tipo de atividade que realizam do que aqueles que possuem instalações próprias. A dependência de recursos dos próprios associados ou de doações cerceia o surgimento e o desenvolvimento dos empreendimentos associativos e compromete as condições necessárias à viabilidade econômica dos mesmos;
- * na maior parte dos empreendimentos, o conjunto ou parte dos associados já detinha uma experiência na atividade realizada pelo grupo. Os empreendimentos em que o conjunto dos

⁵ As pessoas com menos de 30 anos de idade correspondem a 28% do total de associados. A atividade de coleta e processamento de material reciclável é a única que apresenta um maior percentual de sócios com menos de 30 anos de idade (61%).



associados já possuía experiência têm uma maior presença entre os que apresentam um resultado econômico positivo. Ressalte-se, entretanto, que a experiência anterior dos associados, por si só, não garante um resultado que permita pagar as despesas e obter uma sobra;

- * a quase totalidade dos grupos já recebeu algum tipo de assessoria, realizada, sobretudo, pelo SEBRAE, universidades, órgãos governamentais e ONGs. Estas assessorias concentraram-se, principalmente, nos aspectos técnicos dos empreendimentos e nos princípios do cooperativismo e do associativismo. Parece claro, entretanto, que os grupos se ressentem de um maior apoio na elaboração e entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade dos empreendimentos, considerando, simultaneamente, os aspectos econômicos e associativos. Isto pressupõe o desenvolvimento de instrumentos, conhecimentos e práticas adequadas à realidade específica dos empreendimentos da economia solidária;
- * a forma predominante de aquisição da matéria-prima é a compra em empresas ou junto a particulares. O principais clientes são os moradores do próprio lugar e os comerciantes da região. Nenhum grupo está integrado a uma rede de comercialização;
- * a principal forma utilizada para a divulgação dos produtos ou serviços é o “boca a boca”. Quase metade dos grupos não possui nenhum equipamento de comunicação;
- * quanto ao sistema de comercialização utilizado, predomina a forma em que a associação ou cooperativa faz a intermediação ou agenciamento da venda, o que pressupõe uma maior responsabilidade e comprometimento de cada associado para que a venda seja realizada com êxito;
- * a capacidade de produção das máquinas e equipamentos é considerada adequada e em bom estado de conservação pela maior parte dos grupos. Esta informação, entretanto, não deve obscurecer o fato de que muitos grupos estão operando em níveis de produção que não permitam, ao menos, pagar os custos das atividades que realizam;
- * a quase totalidade dos grupos não realiza qualquer tipo de reserva destinada à manutenção ou depreciação das máquinas ou equipamentos, o que pode suscitar a ilusão de uma rentabilidade aparente;
- * poucos grupos conhecem o ponto de equilíbrio da atividade que realizam, ou seja, qual a quantidade mínima que precisa ser produzida e vendida para que a atividade não apresente prejuízo. Isto sugere um frágil conhecimento das condições necessárias para que o empreendimento tenha maior probabilidade de êxito;
- * quase todos os grupos possuem pessoas encarregadas para as tarefas de administração, as quais, em sua maior parte, não recebem nenhuma remuneração por este trabalho específico. O uso de registros e anotações, entretanto, não se constitui numa prática corrente entre os grupos. Apesar disso, em quase todos os grupos existe a prática de se realizar uma prestação de contas para o conjunto dos associados;
- * todos os grupos exercitam, de alguma forma, princípios democráticos de participação, sendo que, na maior parte, houve uma renovação das coordenações ou diretorias através do voto dos associados;

- * pouco mais de um terço dos empreendimentos que estão operando conseguem um resultado econômico que permite pagar as despesas e obter uma sobra. Cruzando-se os dados referentes ao resultado econômico com a evolução do número de sócios, percebe-se que os grupos que apresentaram um crescimento do número de sócios são, majoritariamente, aqueles que obtiveram sobras.

EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA

Os empreendimentos associativos, quando observados de perto, quase sempre revelam grandes dificuldades e fragilidades. Tal como existem hoje, apresentam-se de forma dispersa e fragmentada. Muitas vezes, a sua existência depende da presença ou do apoio de uma única pessoa ou instituição, o que leva ao risco de recriar, no interior do grupo, relações que reforcem antigos e novos laços de dependência. Mas em outras circunstâncias, ressentem-se exatamente da ausência de alguma pessoa ou instituição que o auxilie no atendimento de alguma necessidade básica, difícil de ser contornada pelo grupo sozinho. Uma mudança de qualidade dos empreendimentos da economia solidária depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzíveis atualmente no seu interior e que limitam o seu desenvolvimento. Essa transformação transcende os aspectos estritamente econômicos, requerendo uma ação convergente e complementar de múltiplos atores e iniciativas nos campos político, econômico, social e tecnológico, envolvendo ONGs, sindicatos, igrejas, universidades, órgãos governamentais, etc..

Entretanto toda cautela é pouca quando se busca perscrutar os caminhos que se interpõem ao que se convencionou denominar de economia solidária, posto que não é incompatível à lógica do discurso conservador decantar e re-traduzir os atributos que tal conceito busca expressar, transformando-o numa miragem. Por estes desígnios, e em poucas palavras, ao capital caberiam os recursos públicos e, aos pobres... a solidariedade.

Num país como o Brasil, que nunca experimentou o Welfare State europeu e onde um grande contingente de trabalhadores sempre esteve fora do emprego assalariado regular, a expansão consistente dos empreendimentos da economia solidária inscreve-se no processo mais amplo de transformação do trabalho: do estatuto de carência para o estatuto político de produtor e produto da cidadania. Representa, portanto, um passo e uma forma de caminhar, ao lado de outros, no itinerário pela desmercantilização da força de trabalho. É no âmbito desse processo maior que também é possível antever as potencialidades emancipadoras dos empreendimentos associativos e as expectativas em relação à economia solidária, não como algo que se encerre em si mesmo, mas convergindo conjuntamente com outras iniciativas, antigas e novas, suscitadas pelo exercício de uma prática social transformadora.

REFERÊNCIAS

COOPERAÇÃO E APOIO A PROJETOS DE INSPIRAÇÃO ALTERNATIVA.. *Puxando o fio da meada: viabilidade econômica de empreendimentos associativos I*. Rio de Janeiro: CAPINA, 1998. Disponível em: <<http://www.capina.org.br>> Acesso em: 20 jan 2004.

GAIGER, L. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.



KRAYCHETE, G. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000

SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.). *A economia solidária no Brasil*. A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.